

Jovens empresários temem 'tempos difíceis'

O presidente da ANJE, Francisco Maria Balsemão, apesar de admitir que as novas medidas de austeridade elevam a credibilidade do país, prevê "tempos muito difíceis" para as empresas.

quem recebia agora ilíquidos 1945 euros descerá para 1877 euros. Em ambas as situações, a subida da contribuição para a CGA vai provocar mais um "rombo" no ordenado. No primeiro caso, os descontos actuais (CGA e ADSE) somavam 177 euros e vão subir para os 185 euros; no segundo, passa-se de 224 para 235 euros.

Contas feitas, a um corte salarial de 54 e 68 euros, há ainda que contar com mais cerca de 11 euros mensais de encargo para com a CGA.

Mas nos escalões de rendimentos mais elevados, em vez de contribuir mais para a CGA e ADSE, os funcionários públicos vão ver este desconto baixar. É o que se passará com quem auferir 5786 euros mensais que, com o corte (admitindo que neste nível de rendimento se vão aplicar os 10% de redução anunciados), baixará para os 5207 euros. Todavia, o encargo com a CGA e o subsistema de saúde vai cair dos actuais 665 euros para 651 euros. Este "desconto" verifica-se para os vários valores de vencimento acima dos 5 mil euros mensais, sendo ligeiramente mais acentuado para quem auferir mais de 6 mil euros.

O corte salarial, que em termos médios rondará os 5%, vai também provocar algum rombo na receita do IRS, porque descendo o valor base sobre o qual se aplica a taxa do imposto, o valor retido na fonte também diminui. O que significa que, por um lado, o Governo corta na despesa, mas perde algum dinheiro do lado da receita. Basta ver que uma pessoa que ganhe os tais 5786 euros e que veja o vencimento cair para os 5207 euros, deixa de pagar 1649 euros de IRS para passar a reter 1406 euros. ■

Pormenores

UNIVERSO
O número de funcionários públicos que terá uma redução da remuneração ascende aos 350 mil, a que se somam ainda mais 100 mil funcionários de entidades, empresas e institutos públicos e empresas municipais.

PENSÕES
Nas pensões não haverá cortes, mas o seu valor actual será congelado em 2011, ou seja, manter-se-á sem qualquer alteração no próximo ano, porque não há aumentos.

2015

Meta do emprego adiada
A Organização Internacional do Trabalho (OIT) confirmou a sua previsão: adiar de 2013 para 2015 o ano em que prevê que o emprego recuperará os níveis antes da crise.

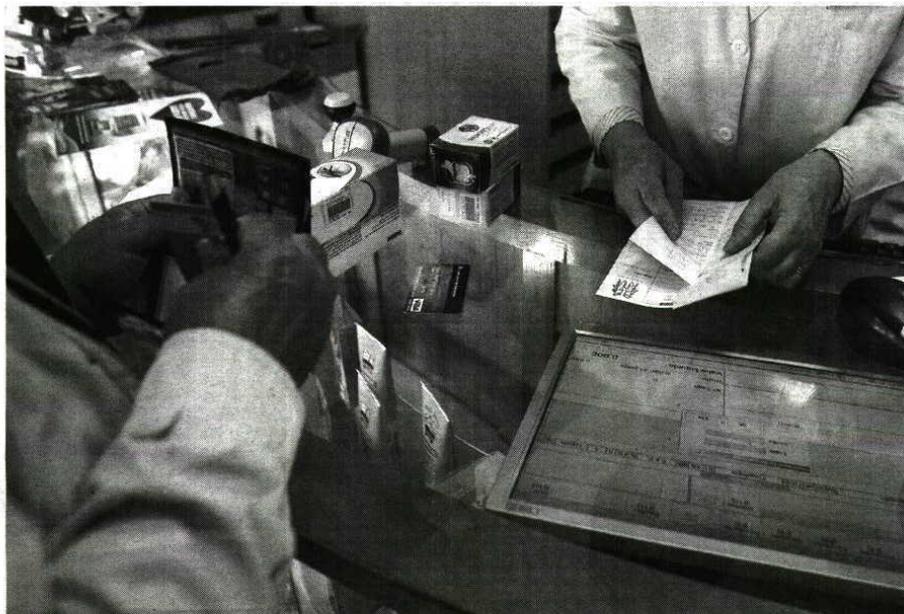
Distribuição reage com prudência

A Associação das Empresas de Distribuição (APED) disse desconhecer como vai reagir o sector ao aumento do IVA, mas salientou que encara com "prudência" as novas medidas de austeridade.



32%

Déficé irlandês
O comissário europeu dos Assuntos Económicos disse que a Irlanda tem de acabar com a política de baixos impostos para reduzir o déficé, agora nos 32% do PIB.



Governo quer limitar o uso de despesas com a saúde para abater nos impostos

Deduções com casa e saúde na mira

Contenção

—As despesas de saúde, mas também os encargos com compra ou arrendamento de habitação, estarão entre as deduções que deverão conhecer o maior travão, quando o Governo divulgar os novos tectos para as deduções fiscais. É que, no seu conjunto, estes dois tipos de deduções representam a despesa fiscal mais pesada: ascenderam a 1,23 mil milhões de euros, em 2008.

A esta cifra, há ainda a somar os 292 milhões de euros em despesas de Educação que as famílias abateram em sede de IRS, e mais um grupo de várias outras deduções (entre donativos, seguros de saúde e de vida ou PPR e lares) cujo valor global ascendeu a 373 milhões de euros. Ao que o JN apurou, as limitações nas deduções deverão fazer sentir-se mais acentuadamente para rendimentos a partir de 1500 euros mensais.

Como o secretário de Estado dos Assuntos Fiscais já sinalizou, as

PSD cria site para recolha de ideias de corte na despesa

➔ O PSD lança hoje uma página na Internet onde os cidadãos podem deixar sugestões para reduzir as despesas de funcionamento dos serviços públicos. Algumas dessas ideias podem ser propostas na discussão sobre o Orçamento do Estado. O site — www.cortardespesas.com — é uma iniciativa do gabinete de estudos do PSD e pretende promover "um 'brainstorming' colectivo sobre a redução da despesa" do Estado, explicou o presidente desta estrutura social-democrata, José Manuel Canavarro, citado pela Lusa. O gabinete compromete-se a analisar as propostas, em relação às quais garante "total confidencialidade e anonimato", e elaborar uma síntese, que enviará depois ao Parlamento, para que seja promovida a sua discussão pública. Os contributos "válidos e exequíveis" poderão ser aproveitados na discussão do OE/11.

despesas com a Saúde serão uma das prioridades no objectivo de redução da despesa fiscal, até porque se trata da dedução mais generosa, já que, ao contrário das outras, não tem limites, acabando por beneficiar quem tem mais capacidade para recorrer ao sistema privado.

Segundo alguns estudos, os portugueses gastam cerca de mil milhões de euros por ano em consultas privadas, exames e outros meios de diagnóstico privados e 30% dessa factura (300 milhões de euros) é directamente abatido ao IRS, subindo o reembolso ou desdendo o imposto a pagar. Ao JN, o bastonário da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas, Domingues Azevedo, considerou ser natural que o Governo dê alguma prioridade ao tipo de dedução que mais despesa fiscal implica.

Na versão inicial do PEC, em Março, o Governo anunciou que o limite das deduções e benefícios seria progressivo. O objectivo é que quem mais ganha tenha um tecto para deduções mais baixo. LT

Aumento do IVA trava empresas

PCP

— O líder do PCP considerou ontem que o aumento do IVA previsto no Orçamento do Estado para 2011 vai contribuir para a perda de competitividade das empresas portuguesas, levando-as à "falência".

Num almoço-convívio de partidários do PCP, em Ourém, Jerónimo de Sousa, referindo-se ao BPN, recordou que o Estado transferiu "quatro mil milhões de euros". Por isso, "a famigerada dívida pública alargou imediatamente" e "faltou às contas públicas o dinheiro público que foi transferido para o BPN".

Contrapôs que o Governo deve apostar na exploração dos recursos do país. ■

Contas têm "gravíssima incógnita"

Bloco de Esquerda

— Numa conferência de Imprensa, em Lisboa, Francisco Louçã, líder do Bloco de Esquerda, disse que "as contas nacionais no próximo ano têm uma gravíssima incógnita" e podem enfrentar um problema semelhante ao da Irlanda, que viu o seu déficé aumentar de 10 para 32% "por ter sido forçada a considerar nas contas nacionais o impacto de uma nacionalização de um banco falido".

O fim de benefícios fiscais e o corte nos institutos e empresas-fantasma, bem como o pagamento de taxas sobre mais-valias e transferências para "off-shores" são propostas do BE para contrariar o "efeito recessivo" das medidas de austeridade. ■